



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR**

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

RESOLUÇÃO-CS Nº 42, DE 07 DE AGOSTO DE 2019.

Convalida a Resolução-AR Nº 32, de 17/08/2018 que dispõe sobre a Reformulação do Curso de especialização em Gestão dos Recursos Ambientais do Semiárido, a ser ofertado no campus de Picuí.

O CONSELHO SUPERIOR (CS) DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB), no uso de suas atribuições legais com base no § 1º do Art. 10 e no *caput* do Art. 11 da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, no inciso VII e XVI do Art. 17 aprovado pela Resolução CS nº 246, de 18 de dezembro de 2015, a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta no Processo Nº 23381.000789.2018-39 do IFPB, **RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar a Reformulação do Curso de Especialização em Gestão dos Recursos Ambientais do Semiárido, a ser ofertada pelo Campus Picuí, estabelecido no Acesso à Rodovia PB 151, s/n, Bairro Cenecista, Município de Picuí/PB, com a seguinte estrutura e matriz curricular:

Denominação do Curso: Especialização em Gestão dos Recursos Ambientais do Semiárido

Forma de oferta: Pós Graduação Lato Sensu

Local de oferta: Campus Picuí

Área de conhecimento (CAPES): Multidisciplinar (código CAPES: 90000005)

Forma de oferta: Presencial

Número de vagas: 30 (trinta) vagas

Periodicidade: Anual

Turnos: Vespertino e Noturno

Público-alvo: Graduados em quaisquer áreas do conhecimento reconhecidas pelo

MEC

Período de Duração: 18 (dezoito) meses

Carga Horária: 420 (quatrocentas e vinte) horas

Art. 2º Esta resolução entra em vigor a partir desta data deve ser publicada no Boletim de Serviço e no Portal do IFPB.

CICERO NICÁCIO DO NASCIMENTO LOPES
Presidente do Conselho Superior



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

CAMPUS PICUÍ

COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DOS RECURSOS AMBIENTAIS DO
SEMIÁRIDO**

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC)

PICUÍ-PB, Julho de 2018

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
PARAÍBA**

CAMPUS PICUÍ

COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO

EM GESTÃO DOS RECURSOS AMBIENTAIS DO SEMIÁRIDO

PICUÍ-PB, maio de 2018

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Rossieli Soares da Silva

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Eline Neves Braga Nascimento

REITOR DO IFPB

Cícero Nicácio do Nascimento Lopes

PRÓ-REITOR DE ENSINO DO IFPB

Mary Roberta Meira Marinho

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO DO IFPB

Francilda Araújo Inácio

DIRETOR DO IFPB-CAMPUS Picuí

Luciano Pacelli Medeiros de Macedo

EQUIPE DE ELABORAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DO PROJETO

Jeane Medeiros Martins de Araújo

Jandelson Alves de Arruda

Joab Josemar Vitor Ribeiro do Nascimento

José Lucínio de Oliveira Freire

Carmem Maia dos Santos Câmara

COORDENAÇÃO GERAL

Jeane Medeiros Martins de Araújo

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	04
2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	05
3. INTRODUÇÃO	06
3.1 O <i>Campus</i> Picuí	08
3.2 Justificativa de Oferta do Curso	10
3.3 Previsão do Curso no PDI	13
4. OBJETIVOS	14
4.1 GERAL	14
4.2 ESPECÍFICOS	14
5. PERFIL PROFISSIONAL	15
6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E FUNCIONAMENTO	15
7. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	18
7.1 Forma de Ingresso	18
7.2 Condições para Matrícula nas Disciplinas	18
7.3 Formas e Metodologia de Avaliação da Aprendizagem	19
7.4 Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso	20
7.5 Normas para Avaliação do Trabalho de Monografia	21
8. CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	21
9. INFRAESTRUTURA	22
9.1 Condições de Acesso para Pessoas com Deficiência	25
10. CORPO DOCENTE	24
11. CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	25
12. CORPO DISCENTE	27
13. GESTÃO DO CURSO	27
13.1 Coordenador (a) do Curso	27
13.2 Colegiado	28
REFERÊNCIAS	30
ANEXO I - EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS	31

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

CNPJ: 10.780.898/0009-22

RAZÃO SOCIAL: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Campus Picuí

ESFERA ADMINISTRATIVA: Federal

E-MAIL:campus_picui@ifpb.edu.br

SITE: <http://www.ifpb.edu.br/picui>

ENDEREÇO:Acesso à Rodovia PB-151

BAIRRO:Cenecista

CIDADE:Picuí- PB

CEP:58187-000

TELEFONE:(83) 3371-2727/ 3371-2555

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome do curso: Especialização em Gestão dos Recursos Ambientais do Semiárido

Área de conhecimento (CAPES): Multidisciplinar (código CAPES: 90000005)

Forma de oferta: Presencial

Número de vagas: 30

Periodicidade da oferta de turmas: anual

Turnos: Vespertino e Noturno

Periodicidade: Encontros semanais, às quartas-feiras

Público-alvo: Graduados em quaisquer áreas do conhecimento reconhecidas pelo MEC

Categoria: Externos

Carga-horária: 420 (quatrocentas e vinte) horas

Período de duração: 18 (dezoito) meses

Processo Seletivo: Através de Edital, tendo como critérios de seleção uma avaliação escrita e análise de produtividade do último triênio.

Coordenação do Curso: Jeane Medeiros Martins de Araújo

3. INTRODUÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba tem mais de cem anos de existência. Ao longo de todo esse período, recebeu diferentes denominações: Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba, de 1909 a 1937; Liceu Industrial de João Pessoa, de 1937 a 1961; Escola Industrial Coriolano de Medeiros ou Escola Industrial Federal da Paraíba, de 1961 a 1967; Escola Técnica Federal da Paraíba, de 1967 a 1999; Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba, de 1999 a 2008; e, finalmente, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba com a edição da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

O Instituto Federal da Paraíba, no início de sua história, assemelhava-se a um centro correcional, pelo rigor de sua ordem e disciplina. O decreto do Presidente Nilo Peçanha criou uma escola de e aprendizes artífices em cada capital dos estados da federação, mais como uma solução reparadora da conjuntura socioeconômica que marcava o período, para conter conflitos sociais e qualificar mão-de-obra barata, suprimindo o processo de industrialização incipiente que, experimentando uma fase de implantação, viria a se intensificar a partir de 1930.

A Escola de Aprendizes Artífices, que oferecia os cursos de Alfaiataria, Marcenaria, Serralheria, Encadernação e Sapataria, funcionou inicialmente no Quartel do Batalhão da Polícia Militar do Estado e depois se transferiu para o edifício construído na Avenida João da Mata, onde funcionou até os primeiros anos da década de 1960. Finalmente, já como Escola Industrial, instalou-se no prédio localizado na Avenida Primeiro de Maio, bairro de Jaguaribe. Nessa fase, a Instituição tinha como único endereço a capital do estado da Paraíba. Ao final da década de 1960, ocorreu a transformação em Escola Técnica Federal da Paraíba e no ano de 1995, a Instituição interiorizou suas atividades, através da instalação da Unidade de Ensino Descentralizada de Cajazeiras - UNED-CJ.

Transformada em 1999 no Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba – CEFET-PB, a Instituição experimentou um fértil processo de crescimento e expansão de suas atividades, passando a contar, além de sua Unidade Sede, com o Núcleo de Extensão e Educação Profissional - NEEP, que funciona na Rua das Trincheiras, e com o Núcleo de

Arte,Cultura e Eventos - NACE, localizado no antigo prédio da Escola de Aprendizes Artífices,ambos no mesmo município. Foi nessa fase, a partir do ano de 1999, que o atual Instituto Federal da Paraíba, começou o processo de diversificação de suas atividades, oferecendo à sociedade paraibana e brasileira educação em diversos níveis, desde a educação básica - ensino técnico integrado ao ensino médio e pós-médio - até a educação superior (cursos de graduação na área tecnológica), além de intensificar suas atividades de pesquisa e extensão. A partir desse período, foram implantados cursos de graduação nas áreas de Telemática, Design de Interiores, Telecomunicações, Construção de Edifícios, Desenvolvimento de Softwares,Redes de Computadores, Automação Industrial, Geoprocessamento, Gestão Ambiental,Negócios Imobiliários, bem como a Licenciatura em Química.

Esse processo experimentou grande desenvolvimento a partir da criação dos cursos de bacharelado nas áreas de Administração e Engenharia Elétrica e com a realização decursos de pós-graduação, em parceria com faculdades e universidades locais e regionais, com base em modelos pedagógicos construídos para atender às disposições da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – e das normas delas decorrentes.

Ainda como Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba, ocorreu, em 2007, a implantação da Unidade de Ensino Descentralizada de Campina Grande (UNED-CG) e a criação do Núcleo de Ensino de Pesca, no município de Cabedelo.

Com o advento da Lei nº 11.892/2008, o Instituto se consolida como uma instituição de referência em educação profissional na Paraíba. Além dos cursos, usualmente chamados de “regulares”, o Instituto desenvolve também um amplo trabalho de oferta de cursos de formação inicial e continuada e cursos de extensão, de curta e média duração, atendendo a uma expressiva parcela da população, a quem são destinados também cursos técnicos básicos, programas e treinamentos de qualificação, profissionalização e reprofissionalização, para melhoria das habilidades e competências técnicas no exercício da profissão.

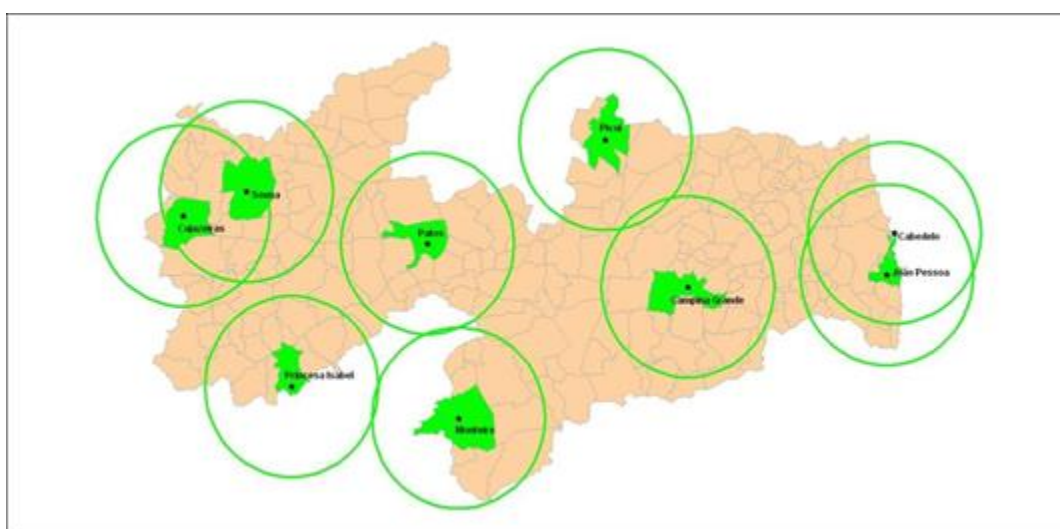
Em consonância com os objetivos e finalidades previstos na nova Lei, o Instituto desenvolve estudos com vistas a oferecer programas de treinamento para formação, habilitação e aperfeiçoamento de docentes da rede pública. Também atua fortemente na

educação de jovens e adultos, por meio do Proeja, Projovem, Programa Mulheres Mil e Pronatec, reconhecidos nacionalmente, ampliando o cumprimento da sua responsabilidade social.

Visando à expansão de sua Missão Institucional no Estado, o Instituto desenvolve ações para atuar com competência na modalidade de Educação a Distância (EAD) e tem investido fortemente na capacitação dos seus professores e técnico-administrativos e no desenvolvimento de atividades de pós-graduação lato sensu, stricto sensu e de pesquisa aplicada, horizonte aberto pela nova Lei.

Até o ano de 2010, contemplado com o Plano de Expansão da Educação Profissional, Fase II, do governo federal, o Instituto implantou mais cinco *Campus* no estado da Paraíba, contemplando cidades consideradas polos de desenvolvimento regionais, como Cabedelo, Monteiro, Patos, Picuí e Princesa Isabel que somados aos campi já existentes de Cajazeiras, Campina Grande, João Pessoa e Sousa (Escola Agrotécnica, que foi incorporada ao antigo CEFET no processo de criação do Instituto), tornaram o IFPB uma instituição com 9 (nove) Campi e a Reitoria (Figura 1).

Figura 1. Localização geográfica dos campi do IFPB no Estado da Paraíba.



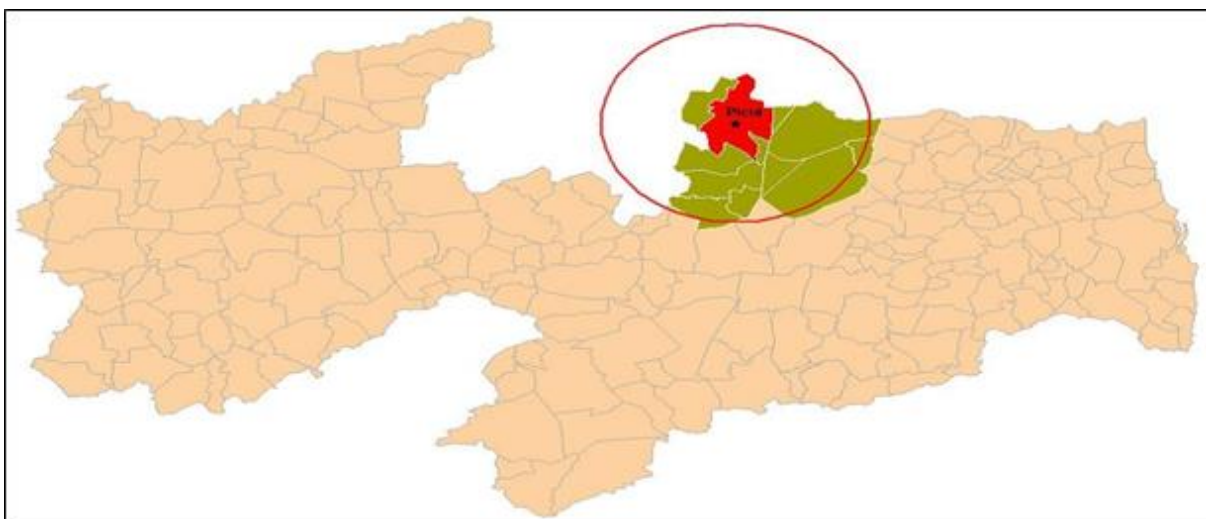
Com o Plano de Expansão da Educação Profissional -Fase III, do governo federal, que foi até o final de 2014, o Instituto implantou um Campus na cidade de Guarabira, o *Campus Avançado Cabedelo Centro* e viabilizou o funcionamento de mais dez unidades, a saber: Areia, Catolé do Rocha, Esperança, Itabaiana, Itaporanga, Mangabeira, Pedras de Fogo, Santa Luzia, Santa Rita e Soledade. Essas novas unidades levarão educação em todos os níveis a essas localidades oportunizando o desenvolvimento econômico e social e melhorando a qualidade de vida nestas regiões.

3.1 O *Campus* Picuí

O *Campus* de Picuí resultou do Plano de Expansão II após a instituição, pela Lei no 11.892, de 29 de dezembro de 2008, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e a criação de trinta e oito Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em todo País. No ano letivo de 2017, estiveram regularmente matriculados 1.287 discentes.

O município de Picuí fica localizado na Mesorregião Geográfica da Borborema e Microrregião do Seridó Oriental Paraibano (6º 33' 19 S e 36º 20' 56 W), fazendo divisa com a Microrregião do Curimataú Ocidental (Figura 2). O município possui uma população estimada de 18.737 habitantes, densidade demográfica de 27,54 habitantes/km², taxa de urbanização de 66,5% (IBGE, 2017) e, conforme PNUD (2010), um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,608.

Figura 2. Localização geográfica do município de Picuí, PB.



A Instituição epigrafada disponibiliza, de forma presencial, o Curso Técnico em Mineração (Subsequente) — eixo tecnológico Recursos Naturais —, o Curso Técnico em Geologia (Integrado) — eixo tecnológico Recursos Naturais —, Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática (Subsequente) — eixo tecnológico Informação e Comunicação —, Curso Técnico em Informática (Integrado) — eixo tecnológico Informação e Comunicação —, o Curso Técnico em Edificações (Integrado) — eixo tecnológico Infraestrutura. Além destes, há a oferta do Curso Técnico de Segurança no Trabalho (Subsequente) — eixo tecnológico Segurança — e do Curso Técnico em Secretaria Escolar — eixo tecnológico Desenvolvimento Educacional e Social —, ambos na modalidade EAD.

O ideário pedagógico deste campus vislumbra a exequibilidade de oferta à sociedade local, regional e nacional de cursos superiores estando em funcionamento o Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia (eixo tecnológico Recursos Naturais), conforme Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, o Curso Superior de Licenciatura em Letras, com Habilitação em Língua Portuguesa, na modalidade Educação a Distância(EAD).

Para o fortalecimento do ideário e do compromisso educacional firmado, trabalha-se no interior e fora do Instituto com a vertente da potencialização e fortalecimento das bases da articulação e integração indissociáveis do tripé da educação, o Ensino-Pesquisa-Extensão como novo paradigma, com foco específico em cada disciplina, área de estudo e de trabalhos – ao lado de uma política institucional de formação contínua e continuada, de seus docentes e discentes. Isto porque o ideário pedagógico do *Campus Picuí* entende que ensino

com extensão e pesquisa aponta para a formação contextualizada para os problemas e demandas da sociedade contemporânea.

3.2 Justificativa de Oferta do Curso

A idealização da oferta do Curso de Pós-Graduação se pautou na necessidade recorrente, vivenciada nas regiões do Seridó e Curimataú paraibano, de qualificação de profissionais graduados em várias áreas do conhecimento, sobretudo na área ambiental. Ademais, como o *Campus* Picuí do IFPB dispõe de um Curso de Tecnologia em Agroecologia e na cidade vizinha (Cuité) há oferta de curso de licenciatura em Ciências Biológicas e outros de áreas afins, por parte da UFCG, levou-se em consideração o perfil dos egressos destes cursos e a possibilidade de verticalização na formação acadêmica dos mesmos. Com isso, consideramos não ser necessário haver uma pesquisa de mercado. Outro ponto importante que justifica a não realização dessa pesquisa deve-se ao fato da inexistência de oferta de cursos de especialização em gestão dos recursos ambientais do semiárido, na modalidade presencial, na região. Sendo assim, um curso de pós-graduação proporcionará a formação continuada em nível de pós-graduação aos egressos de cursos de graduação presentes em diversos municípios no entorno da cidade de Picuí.

Considerando-se o aspecto da importância do conhecimento e da necessidade de se gerir os recursos ambientais que nos cercam, sabe-se que a região do Seridó Oriental Paraibano, onde se encontra o município de Picuí, possui uma área de 2.605,0 km² e, em sua extensão, encontram-se os municípios de Juazeirinho, Seridó, Pedra Lavrada, Cubati, Nova Palmeira, Baraúna, Frei Martinho, Tenório e Picuí. Essa região caracteriza-se por um clima semiárido, com temperaturas elevadas, chuvas escassas, mal distribuídas e vegetação xerófila.

De modo geral, as regiões áridas e semiáridas no mundo se caracterizam pela aridez do clima, deficiência hídrica e precipitações pluviométricas imprevisíveis, além de fatores como a degradação ambiental, o uso inadequado da terra e dos recursos naturais, para atividades de agricultura, pecuária e mineração. Atualmente, existem áreas áridas e semiáridas em vários lugares do mundo. Elas se diferenciam entre si pelas suas especificidades como, por exemplo, as características ambientais, a extensão territorial, os

biomas, a densidade demográfica, as formas de apropriação dos recursos naturais e as formas como os seus habitantes culturalmente vivem e desenvolvem as atividades que garantem sua reprodução social nesses ambientes.

O Semiárido Brasileiro (SAB) é o maior do mundo em extensão territorial e densidade demográfica. Compreende, aproximadamente, 80% do território do Nordeste brasileiro e abrange parte dos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, e o norte de Minas Gerais. A insuficiência de chuvas, as temperaturas elevadas e as altas taxas de evapotranspiração influenciam fortemente as demais condições naturais e sociais desse meio. Essas características influem diretamente nos recursos hídricos, nos solos, na paisagem e na vegetação, predominantemente constituída pelo bioma caatinga, e a multiplicidade de espécies que compõem essa biodiversidade.

A região do SAB é composta por uma realidade dinâmica, complexa e multidimensional. É um amplo mosaico com características peculiares, cujo povo convive com o clima e, criativamente, constitui seus modos de vida nessa vasta parcela do território brasileiro que precisa ser compreendida sob múltiplos olhares e dimensões. A vegetação dessa região é a caatinga, onde uma das suas características são os baixos níveis de precipitação, o que dificulta o desenvolvimento da agricultura e pecuária. As práticas de queimadas e da combustão da lenha como matriz energética, associadas a um baixo nível de educação ambiental, agravam os riscos da desertificação da região.

A região do Seridó Oriental Paraibano é assolada periodicamente pelos efeitos da seca. A falta de políticas públicas para lidar com este fenômeno natural e para convivência com o semiárido, de uma forma geral, tem levado ao êxodo da sua população, especialmente rural, que, privados de seus direitos básicos de cidadania, migram em busca de sobrevivência, dentro ou fora do contexto estadual. Tal migração acarreta efeitos negativos tanto para a comunidade local como para as pessoas que migram, assim como para os grandes centros urbanos que se veem pressionados pelo grande contingente de pessoas.

O município de Picuí fica localizado no Território da Cidadania Curimataú (Código do IBGE – 2511400), na Mesorregião Geográfica da Borborema e Microrregião do Seridó Oriental Paraibano (6º33' 19 Se 36º20'56 W), a uma altitude de 440m.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), a área territorial do município é de 662 km², limitando-se ao norte com o estado do Rio Grande do Norte, ao sul, com os municípios de Nova Palmeira, Pedra Lavrada e Baraúna; ao leste, com os municípios de Cuité e Nova Floresta; e ao oeste, com o município de Frei Martinho e, novamente com o estado do Rio Grande do Norte. Segundo a estimativa populacional (IBGE, 2010), a cidade de Picuí é caracterizada como pólo de desenvolvimento das microrregiões do Seridó Oriental Paraibano e Curimataú Ocidental.

Dando suporte a 16 municípios dessas microrregiões, que compreendem uma área de 5.196,020km² e uma população de 135.149 habitantes (PDI IFPB, 2010), Picuí atua na divisão 01 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB – *Campus* Picuí), cuja instalação proporciona uma auspiciosa e promissora oportunidade de alavancar cursos que, em seu contexto, propõem uma convivência com o semiárido. Recuperar solos e prevenir maiores degradações, bem como incentivar práticas sustentáveis de produção de plantas adaptadas às condições e da flocimáticas locais ou com certo grau de xerofitismo torna-se o desafio principal de se produzir com sustentabilidade e de manter o homem no campo em uma região inserida em um dos principais núcleos de desertificação do país.

A superação das desigualdades regionais é considerada uma questão central dentre os problemas que o Brasil enfrenta. Diante dos elevados índices de pobreza e consequente necessidade de incorporar parcela significativa da população na economia e na oferta de serviços sociais básicos, as soluções imediatistas e de curto prazo, normalmente, atrasam as iniciativas estruturais capazes de reorganizar o estilo de desenvolvimento regional.

Nesse sentido, o curso de Especialização em Gestão dos Recursos Ambientais do Semiárido se propõe a enviaresforçoseatuarnosprincípiosdaeducaçãoemprode efetivar uma ponte entre os interessados em lidar com o Semiárido e a educação ambiental, no intuito de entender e se aproximar da harmoniosa convivência com o semiárido.

Para a consecução do que propõe, é fundamental a multiplicação de cidadãos com formação técnica de excelência que, vivendo numa era marcada pela competição, estejam aptos a gerenciar progressos científicos, avanços tecnológicos, bem como utilizar os conhecimentos construídos e os processos de construção do conhecimento como instrumentos de democratização da sociedade e ampliação da cidadania. Diante desse

quadro, diversas são as perspectivas de renovação para o desenvolvimento desta região do Seridó Oriental Paraibano quando da instalação do IFPB – Campus Picuí, em princípio, com os cursos técnicos de nível médio em Edificações, Mineração e Informática e o curso superior em Agroecologia.

Agora surge esta perspectiva de criação de um curso voltado para as necessidades de educar e gerir os recursos naturais desta região semiárida, cujo desenvolvimento socioeconômico ainda carece de cuidados, principalmente, advindos das ações antrópicas, muitas vezes agindo de forma degradatória e sem respeitar os limites de sua exploração. A sustentabilidade ambiental consiste na manutenção das funções e componentes do meio ambiente, de modo sustentável, podendo igualmente designar-se como a capacidade que o ambiente natural tem de manter as condições de vida para as pessoas e para outras espécies e a qualidade de vida.

O Curso de Especialização em Gestão dos Recursos Ambientais do Semiárido, proposto pelo *Campus* Picuí do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, traz uma expectativa em torno de uma demanda da instituição e da comunidade. Esta se torna uma oportunidade considerável para que os seus professores, com a qualificação que dispõem, possam contribuir para a formação de cidadãos plenos, capazes de decidirem e atuarem sobre a realidade de modo ético e comprometido com a vida, com a sociedade local e global, que são requisitos imprescindíveis aos cidadãos do século XXI.

É notório que a abrangência de um curso dessa natureza poderá absorver uma demanda regional reprimida de alunos de vários cursos de graduação já existentes em cidades circunvizinhas, que poderá vir a compor o corpo discente do Curso de Especialização em Recursos Ambientais do Semiárido, como por exemplo: Licenciatura em Ciências Biológicas/CES/UFCG (Cuité), Bacharelado em Agroecologia/CCAA/UEPB (Lagoa Seca) e Tecnólogo em Agroecologia/CDSA/UFCG (Sumé), os cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas e Geografia CERES/UFRN (Caicó), cursos de Bacharelado em Agronomia, Zootecnia, Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas/CCA/UFPB (Areia), Licenciatura em Ciências Biológicas e Bacharelado em Engenharia Florestal/CSTR/UFCG (Patos), entre outros cursos de Instituições de Ensino Superior que necessitam de um complemento na formação profissional de seus alunos, além dos egressos do próprio Campus.

Assim, ciente de toda a lacuna existente na região e que pode ser preenchida com estudos avançados a nível *lato sensu*, o IFPB - *Campus* Picuí, através do seu corpo docente, ofertará em 2018 o Curso de Especialização em Gestão dos Recursos Ambientais do Semiárido. A oferta desse curso — gratuito e em instituição pública de renome como o IFPB — será de fundamental importância para a região do Seridó e Curimataú Paraibano, pois qualificará profissionais de diversas áreas do conhecimento, incluindo docentes de diferentes níveis da educação, e contribuirá para adicionar qualidade à ação profissional desses atores sociais, proporcionando, entre outros avanços do conhecimento, o entendimento da pesquisa como parte da formação profissional.

3.3 Previsão do curso no PDI

A proposta do curso de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Ambientais do Semiárido surge em atendimento ao PDI 2010-2014 do IFPB, que previa a criação de um curso de Pós-Graduação *lato sensu* no *Campus* Picuí. A previsão era a oferta do curso de especialização em Agrossistemas, porém, após ampla discussão de profissionais que compõem o quadro de docentes do *Campus* Picuí, concluiu-se que a substituição do curso seria mais viável, visto que essa mudança permitiria abranger um espectro maior de profissionais, contribuindo assim com o desenvolvimento da região, conforme já apresentado nas justificativas de oferta do curso.

4. OBJETIVOS

4.1. Geral

Formar profissionais capazes de identificar, criticamente, e enfrentar os desafios ambientais da atualidade, habilitando-os à busca de soluções para os problemas socioambientais e econômicos, com critérios de sustentabilidade, em uma relação harmoniosa com a natureza e o desenvolvimento rural sustentável, especialmente no Semiárido Brasileiro.

4.2. Objetivos Específicos

- Proporcionar a formação e qualificação de recursos humanos no campo de gestão de recursos ambientais, como ferramenta necessária ao raciocínio, formulação e resolução de problemas;
- Analisar questões socioambientais, sob uma ótica inter e transdisciplinar;
- Desenvolver ações que levem à conservação e recuperação dos ecossistemas e ao manejo sustentável dos agroecossistemas;
- Aproximar pesquisadores de campos distintos do conhecimento para propor novas soluções aos problemas socioambientais;
- Aperfeiçoar recursos humanos para a resolução dos desafios socioambientais;
- Contribuir para a inserção da dimensão do conhecimento e da preocupação com o meio ambiente no ecossistema Caatinga no currículo escolar da Educação Básica e Tecnológica;
- Fomentar a reflexão e a compreensão da relação ser humano – meio ambiente;
- Sensibilizar para a necessidade de mudança de determinados comportamentos e atitudes em relação ao meio ambiente;
- Estimular a realização de projetos de pesquisa e extensão em Educação Ambiental voltado para a problemática regional;
- Possibilitar o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

- Incentivar a participação individual e coletiva na preservação e/ou conservação do meio ambiente;
- Permitir a disseminação do pluralismo de ideias e formação de agentes multiplicadores;
- Contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade justa e ambientalmente sustentável.

5. PERFIL PROFISSIONAL

O curso de Pós-Graduação *lato sensu*, em nível de Especialização, em Gestão dos Recursos Ambientais do Semiárido pretende formar um profissional habilitado a:

- a) Gerir, com critérios de sustentabilidade, as potencialidades ambientais do semiárido brasileiro;
- b) Perceber a organização do ecossistema local e suas relações com as atividades humanas capazes de interferirem no equilíbrio dos recursos ambientais disponíveis;
- c) Compreender, criticar e utilizar novas ideias e tecnologias para a melhoria do ecossistema Caatinga;
- d) Diagnosticar e resolver questões ambientais de forma inter, multi e transdisciplinar;
- e) Gerenciar ações proativas de conservação e recuperação dos recursos existentes no ecossistema de forma sustentável;
- f) Ser um elo entre pesquisadores de áreas afins na proposição de soluções para problemas socioambientais existentes no semiárido;
- g) Propor e gerir, de forma participativa, projetos de pesquisa e extensão ligados aos recursos ambientais do semiárido;
- h) Perceber que o gerenciamento de processos participativos de organizações públicas e privadas ligadas aos recursos ambientais do semiárido deverá pautar-se na ética e solidariedade enquanto ser humano, cidadão e profissional, buscando sempre a maturidade, sensibilidade e equilíbrio no exercício da sua ação profissional.

6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E FUNCIONAMENTO

O Curso de Especialização em Gestão dos Recursos Ambientais do Semiárido do IFPB, *Campus Picuí*, terá duração de 18 (dezoito) meses — contados a partir da data da matrícula —, apresentando 15 disciplinas, distribuídas em 08 módulos, e uma carga horária de 380 (trezentas e oitenta) horas, acrescida de 40 horas destinadas à elaboração da monografia, totalizando 420 (quatrocentas e vinte) horas.

Caso o discente seja reprovado, ou não consiga concluir, ou defender seu trabalho final no prazo de 18 (dezoito) meses poderá, respaldado pela legislação (Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975 e decreto-lei nº. 1.044, de 21 de outubro de 1969), solicitar prorrogação por até 06 (seis) meses, contado a partir da data da matrícula, cabendo ao Colegiado de Curso julgar a solicitação.

Todo docente terá direito a um orientador da monografia ou do trabalho de conclusão do curso será definido pelo Colegiado do Curso. A orientação deverá ser feita em conformidade com o Regulamento Geral da Pós-Graduação *Lato Sensu* vigente no IFPB (Resolução nº 145, de 17 de novembro de 2017 –CONSUPER)

O candidato reprovado uma única vez em monografia ou trabalho de conclusão de curso terá oportunidade a uma nova defesa em data a ser fixada pela Coordenação de Curso, com prazo máximo de 90 (noventa) dias, desde que não ultrapasse o prazo máximo de conclusão do curso.

O curso será realizado nos turnos vespertino e noturno, no *Campus* Picuí, com as aulas concentradas às quartas-feiras e distribuídas conforme programação dos módulos. A Matriz Curricular do curso, apresentada a seguir, está estruturada por disciplinas, com Ementas insculpidas no Anexo I. A sigla **NP** refere-se ao termo "**Não Presencial**".

Módulo I

Unidade Curricular/Disciplina	Carga Horária		Docentes
	Total	NP	
Espaço sertanejo: o homem, o espaço e a técnica	28		Cinthy de Lima Campos Francisco Roberto de Sousa Marques
Educação ambiental	20		Francinaldo Leite da Silva
Total CH Módulo I	48		

Módulo II

Unidade Curricular/Disciplina	Carga Horária		Docentes
	Total	NP	
Ecologia da caatinga	28		Luciano Pacelli Medeiros de Macedo
Legislação ambiental	20		Luiz Augusto Mendonça Ribeiro
Total CH Módulo II	48		

Módulo III

Unidade Curricular/Disciplina	Carga Horária		Docentes
	Total	NP	
Gestão dos recursos edáficos	32		Jandeilson Alves de Arruda
Metodologia da Pesquisa Científica	20		Cinthy de Lima Campos José
Total CH Módulo III	52		

Módulo IV

Unidade Curricular/Disciplina	Carga Horária		Docentes
	Total	NP	
Produção orgânica vegetal	20		Lucínio de Oliveira Freire Luciano Pacelli Medeiros de Macedo

Alternativas agroindustriais para o semiárido	28		George Henrique Camêlo Guimarães
Total CH Módulo IV	48		

Módulo V

Unidade Curricular/Disciplina	Carga Horária		Docentes
	Total	NP	
Produção Orgânica Animal	28		George Henrique Camêlo Guimarães
Gestão ecológica de bacias hidrográficas e recursos hídricos	32		Joab Josemar Vítor Ribeiro do Nascimento
Total CH Módulo V	60		

Módulo VI

Unidade Curricular/Disciplina	Carga Horária		Docentes
	Total	NP	
Geotecnologia e suas aplicações para o semiárido	32		Mário Henrique Medeiros de Araújo Lidiane Cristina Felix Gomes
Gestão dos recursos minerais	24		Tiago Costa da Silva
Total CH Módulo VI	56		

Módulo VII

Unidade Curricular/Disciplina	Carga Horária		Docentes
	Total	NP	
Matriz e Potencialidades Energéticas Para o Semiárido	20		Jeane Medeiros Martins de Araújo
Manejo e produção de pastagens nativas no semiárido	20		Djair Alves de Melo

Total CH Módulo VII	40	
----------------------------	-----------	--

Módulo VIII

Unidade Curricular/Disciplina	Carga Horária		Docentes
	Total	NP	
Recuperação de áreas degradadas e uso de tecnologias sustentáveis	28		Frederico Pereira Campos
MONOGRAFIA	40		Jeane Medeiros Martins de Araújo
Total CH Módulo VIII	68		

7. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA INGRESSO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

7.1 Forma de ingresso

O processo de admissão para o curso de especialização em Gestão dos Recursos Ambientais do Semiárido será definido por edital lançado de seleção, publicado anualmente, pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação. Havendo convênio, firmado entre o IFPB e instituições públicas ou privadas, o número de vagas destinadas à entidade conveniente será definido no mesmo edital. Será aceita a matrícula de alunos especiais, a critério do colegiado do curso, desde que selecionados por meio de edital para alunos especiais, lançado pela coordenação de pós-graduação do campus no período pretendido.

Consideram-se alunos especiais aqueles matriculados em disciplinas isoladas e sem vínculo acadêmico com o programa. O aluno especial estará sujeito ao regimento geral da Pós-Graduação, com relação à frequência e à avaliação do aproveitamento, sendo-lhe cobrado o cumprimento de carga horária e o respectivo conceito. A admissão como aluno especial não criará outros vínculos e não outorgará direito ou preferência no processo de seleção para aluno regular. Os alunos especiais terão direito à declaração comprobatória das disciplinas cursadas, desde que cumpridas todas as obrigações previstas no regimento geral da pós-graduação e regimento interno dos cursos. O discente poderá matricular-se como aluno especial em, no máximo, 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso. Não será disponibilizada a alunos especiais a matrícula no componente curricular TCC ou Monografia.

7.2 Condições para matrícula nas disciplinas

Os candidatos classificados na seleção deverão efetuar sua matrícula junto à secretaria do curso de pós-graduação, ou órgão equivalente do campus, dentro do prazo fixado pela coordenação do curso. A não efetivação da matrícula no prazo fixado implica na

desistência do candidato em matricular-se no curso, bem como na perda dos direitos adquiridos pela classificação no processo seletivo, e na conseqüente convocação dos demais candidatos por ordem de classificação para ocupar a vaga. É vedado o trancamento da matrícula, seja isoladamente, seja no conjunto de disciplinas, salvo nos casos de:

I – Doença prolongada ou acompanhamento do(a) cônjuge, filhos ou genitores em casos de saúde com atestado médico;

II – Convocação para o serviço militar obrigatório;

III – Gravidez de risco;

IV – Os casos omissos serão discutidos no colegiado.

O trancamento de matrícula não poderá ultrapassar o período máximo para conclusão do curso.

7.3 Formas e metodologia de avaliação da aprendizagem

Os procedimentos para avaliação da aprendizagem, na especialização em Gestão dos Recursos Ambientais do Semiárido, IFPB – *Campus* Picuí, terão como norte o que prescreve o Regulamento Geral da Pós-Graduação *Lato Sensu* vigente no IFPB.

O rendimento escolar de cada disciplina será aferido por meio de provas, trabalhos escritos, seminários e/ou outras formas de verificação de aprendizagem consensuais entre o docente e os discentes.

O rendimento escolar de cada discente será expresso em notas ou conceitos de acordo com a seguinte escala:

CONCEITOS	SÍMBOLOS	NOTAS
Excelente	A	De 90 a 100
Bom	B	De 80 a 89

Regular	C	De 70 a 79
Reprovado	D	Abaixo de 70

Será atribuído o conceito "D" ao aluno que:

- a) demonstrar conhecimento deficiente em uma disciplina;
- b) não atingir 75% de frequência em uma ou mais disciplinas.

Não haverá sistema de recuperação em nenhuma disciplina.

Para o Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, serão adotadas as siglas abaixo para expressar o conceito referente à média final:

SIGLA	SIGNIFICADO	NOTA
AD	Aprovado com distinção	De 90 a 100
AP	Aprovado	De 70 a 89
R	Reprovado	Abaixo de 70

O pós-graduando reprovado ficará obrigado a repetir a disciplina dentro do prazo previsto para finalização do curso, que é de 18 (dezoito) meses.

Se o pós-graduando obtiver o conceito Reprovado em qualquer disciplina, exceto na disciplina monografia, e havendo a possibilidade de nova oferta da(s) disciplina(s) e disponibilidade de vaga(s), dentro do prazo de 18 (dezoito) meses para finalização do curso, o discente poderá solicitar formalmente à Coordenação do Curso a matrícula na(s) disciplinas. Caberá ao Colegiado deliberar sobre o deferimento dos pedidos de matrícula.

Será desligado do curso o discente que se enquadrar em uma ou mais das seguintes situações:

- I - For reprovado mais de uma vez na mesma disciplina;

II - For reprovado em mais de 25% do quantitativo de disciplinas;

III - Não completar os requisitos do curso no prazo regulamentar;

IV - Apresentar atitude gravíssima nos termos do disposto no código disciplinar discente do IFPB.

7.4 Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso

Como um dos requisitos obrigatórios para a obtenção do certificado de conclusão do Curso de Especialização em Gestão dos Recursos Ambientais do Semiárido, o aluno terá que escrever um Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, em forma de Monografia realizada individualmente.

O Trabalho de Conclusão de Curso será considerado como disciplina, com carga horária de 40 (quarenta) horas, em que serão realizados encontros entre o professor orientador e o aluno para tratar do assunto a ser dissertado e a defesa do trabalho final. Será anotado no histórico escolar do discente o termo: Monografia. O trabalho final deverá evidenciar o domínio do tema escolhido e a capacidade de sistematização.

O Trabalho de Conclusão de Curso deve ser apresentado em forma de monografia, com data de defesa marcada após integralização das disciplinas do curso, e apresentação de comprovante de submissão dos resultados na forma de um artigo científico completo, em periódico com *Qualis* Capes igual ou superior ao da Revista Principia, na área de conhecimento do curso.

Todo discente admitido no curso terá direito a um docente orientador, definido no prazo de até 90 (noventa) dias, após o início do curso, que orientará seu trabalho de conclusão de curso. O discente poderá solicitar por escrito a alteração do orientador a qualquer tempo, desde que apresente justificativa, devendo essa solicitação ser aprovada pelo colegiado do curso.

O docente orientador deverá possuir, obrigatoriamente, o título de mestre ou de doutor e pertencer ao corpo docente do curso, incumbindo-lhe orientar até no máximo 08 (oito) alunos. Quando necessário, será indicado um coorientador que auxiliará e/ou

substituirá o orientador em suas funções, desde que apresente titulação mínima de especialista. A oficialização da orientação ocorrerá por meio de assinatura de termo de aceite de orientação, com consentimento do Colegiado do Curso.

Para fins de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso o discente deverá seguir as normas, segundo a NBR 14724 da ABNT.

7.5 Normas para Avaliação do Trabalho de Monografia

Para fins de apresentação do trabalho final, o discente deverá encaminhar à coordenação de curso: 03 (três) exemplares impressos do trabalho final com a recomendação formal do orientador para apresentação e defesa oral do mesmo, respeitando os prazos e o calendário do curso.

A avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC dar-se-á em seção pública, o qual será julgado por uma banca examinadora, proposta pelo orientador e homologada pelo Colegiado, composta pelo orientador e mais dois membros, portadores de título de especialista, mestre ou doutor, podendo incluir um membro externo.

Da sessão de julgamento do trabalho final, a ata será lavrada, assinada por todos os integrantes da Banca Examinadora e pelo discente, e encaminhada à Coordenação do Curso.

A aprovação do trabalho final será formalizada, após correções necessárias, mediante preenchimento e assinaturas da folha da aprovação da monografia ou do trabalho de conclusão de curso por todos os integrantes da Banca Examinadora.

A versão final do Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser encaminhada à Coordenação de Curso na forma de 02 (duas) cópias impressas e encadernadas em capa dura com lombada e 02 (duas) cópias digitais, sendo uma dessas depositada na biblioteca do IFPB *Campus* Picuí.

8. CERTIFICADO DE CONCLUSÃO

O IFPB *Campus* Picuí expedirá certificado, acompanhado do histórico escolar, aos discentes que obtiverem aproveitamento satisfatório, segundo os critérios de avaliação e os trâmites

previamente estabelecidos neste PPC e no Regulamento Geral dos cursos de Pós-Graduação *Latu Sensu* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

Somente será conferido certificado de pós-graduação *latu sensu* ao discente que:

I - não apresentar pendência com a Coordenação do Curso, com a biblioteca, com órgão equivalente, ou com qualquer outra instância do IFPB;

II - lograr aprovação em todas as disciplinas;

III - obtiver frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária em cada disciplina do curso;

IV - tiver a Monografia aprovada, conforme a exigência da coordenação de curso.

V - Assinar o Termo de Autorização de Postagem do TCC no Repositório Digital do IFPB.

9. INFRAESTRUTURA

Para execução do Curso de Pós-Graduação em Recursos Ambientais do Semiárido o IFPB-*Campus* Picuí oferta infraestrutura de sala de aula, miniauditório e laboratórios compatíveis com as disciplinas previstas na estrutura curricular.

As salas de aula são equipadas com cadeiras e mesas individuais, com ambiente climatizado e possuem equipamento de projeção (data-show), possibilitando aulas interativas. As mesmas possuem adaptação para pessoas com deficiência e locomoção reduzida.

Para aulas laboratoriais e suporte às atividades de pesquisa o *Campus* Picuí dispõe dos laboratórios de Informática, Beneficiamento e Processamento de Alimentos, Química, Biologia e Microbiologia, Solos e Sementes. Todos os laboratórios contam com suporte de técnicos e possuem normas de segurança e uso definidos, além de possuírem adaptações para pessoas com deficiência e locomoção reduzida.

Além dos laboratórios, há uma estufa construída em estrutura metálica em arco, cobertura de filme de polietileno de baixa densidade leitoso de 150 micras e cortinais laterais em telado que pode ser utilizada para diversos experimentos com plantas.

Os discentes do curso contam ainda com a biblioteca do campus, que possui um acervo diversificado e atual, além de espaços para estudos e pesquisa em computadores. Há ainda o serviço de empréstimo de livros, possibilitando a consulta de livros em ambiente externo à biblioteca.

No tocante à administração do curso, o mesmo possui sala própria para a coordenação, sendo essa localizada no 1º andar do bloco administrativo do IFPB-*Campus* Picuí, apresentando espaço adequado para as atividades administrativas, atendimento aos discentes e reuniões. Há elevador no referido bloco possibilitando acesso ao 1º andar, por pessoas que apresentem deficiências ou locomoção reduzida.

9.1 Condições de Acesso para Pessoas com Deficiência

Desde o PDI CEFET-PB 2005-2009, o atendimento aos alunos com necessidades específicas foi inserido, criando o Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE). Cujas finalidades são promover na instituição a cultura da educação para a convivência, da aceitação da diversidade e, principalmente, buscar a quebra das barreiras arquitetônicas, educacionais e de comunicação, conforme documento Base do TECNEP. No PDI IFPB 2010 – 2014 estão inseridos elementos de acessibilidade pedagógica e de atendimento as pessoas com deficiência e altas habilidades e no PDI IFPB 2015-2019, esses elementos são aprofundados, definindo claramente os caminhos que o IFPB está trilhando no atendimento aos alunos com deficiência.

O NAPNE no *Campus* Picuí tem atuado na elaboração de relatório acerca das barreiras encontradas pelos alunos; elaboração de cartilhas educativas sobre os direitos e atendimento das pessoas com deficiência e com transtornos do espectro autista; contratação de intérpretes de Libras e transcritores de Braille; realização de eventos de sensibilização para a comunidade acadêmica; promoção de debates e reflexões relacionados à atuação pedagógica com pessoas com necessidades específicas, às formas de inclusão e adaptação dos alunos com necessidades específicas; realização de cursos de Libras e Braille; inserção da disciplina Libras nos

currículos dos cursos de graduação; inserção da disciplina acerca de educação especial nos currículos dos cursos de licenciatura; estímulo ao protagonismo dos estudantes com deficiência ou com altas habilidades, através de participação em programas de monitorias; atendimento em contra turno dos alunos com deficiência que necessitam de revisão ou reforço escolar; contratação de outros profissionais de apoio aos alunos com deficiência: letores, acompanhantes e psicopedagogos; adaptações dos processos seletivos para torná-los mais inclusivos: disponibilização de profissionais de apoio, tempo adicional para conclusão das provas e sala adaptada; realização de divulgação dos processos seletivos e de eventos em Libras, dentro das mídias sociais da instituição; recepção aos alunos com deficiência recém-ingresso para informá-los acerca dos direitos, apoios e setores que podem auxiliá-los durante seu curso; adequações arquitetônicas para melhorar a locomoção dos alunos com deficiência física ou mobilidade reduzida; desenvolvimento de educação física adaptada para alunos com deficiência; aquisição de cadeiras de rodas e escaldores de escada para auxiliar na locomoção de estudantes cadeirantes; reuniões com professores para tratar das questões pedagógicas que envolvem os alunos com deficiência; orientação por profissionais específicos às adaptações curriculares necessárias; adaptação dos exercícios e avaliações bem como oferecer apoio especializado necessário, intérprete de Língua de Sinais e ledor, conforme necessidade educacional especial apresentada; inserção de orientações acerca da inclusão em todos os planos pedagógicos dos cursos.

Com a criação do Plano de Acessibilidade através da resolução CS Nº 204/2015, fica evidenciado a institucionalização das ações de inclusão do IFPB, inclusive fazendo observância ao cumprimento da Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que trata da proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, em articulação com o projeto de acessibilidade visual e colocação do piso tátil, além de orientar as ações que o instituto deve adotar.

Outros espaços físicos são apresentados no Quadro I, a seguir:

QUADRO I – Espaço Físico: campus Picuí

Espaço Físico	Quantidade	Área(m²)
Sala de Direção Geral	01	28,85
Sala de Direção de Desenvolvimento do ensino	01	28,85

Sala de Coordenação	01	16,00
Sala de Professores	01	64,00
Salas de Aulas (geral)	12	768,00
Banheiro (WC)	10	640,00
Pátio Coberto / Área de Lazer / Convivência	01	200,00
Cantina	01	64,00
Auditório	01	64,00
Laboratório de Química	01	64,00
Laboratório de Biologia e Microbiologia	01	64,00
Laboratório de Solos	01	64,00
Laboratório de Sementes	01	64,00
Biblioteca	01	200,00

10. CORPO DOCENTE

O curso de especialização em Gestão dos Recursos Ambientais do Semiárido dispõe de 15 (quinze) professores lotados no IFPB – *Campus* Picuí (Quadro II), responsáveis pela ministração das disciplinas constantes nos módulos do curso para um total de 30 discentes selecionados.

QUADRO II – Corpo Docente para Atuação no Curso

	Docente	Área de Formação (maior titulação)	Ano de obtenção	Link para Currículo <i>Lattes</i>
1	Cinthy de Lima Campos	Doutora em Sociologia	2013	http://lattes.cnpq.br/2284843998445545
2	Djair Alves de Melo	Doutor em Fitotecnia	2014	http://lattes.cnpq.br/6250169310858857
3	Francinaldo Leite da Silva	Doutor em Biotecnologia	2017	http://lattes.cnpq.br/1239745530214820
4	Francisco Roberto de Sousa Marques	Mestre em Sociologia	2010	http://lattes.cnpq.br/3785953276278589
5	Frederico Campos Pereira	Doutor em Recursos Naturais	2013	http://lattes.cnpq.br/4661298979796861
6	George Henrique Camêlo Guimarães	Mestre em Agronomia	2014	http://lattes.cnpq.br/8136480607991190
7	Jandeilson Alves de Arruda	Mestre em Agronomia	2010	http://lattes.cnpq.br/2949292441312840
8	Jeanne Medeiros Martins de Araújo	Doutora em Agronomia	2016	http://lattes.cnpq.br/3893861638616123
9	Joab Josemar Vítor Ribeiro do Nascimento	Mestre em Manejo de Solo e Água	2011	http://lattes.cnpq.br/1292290053568916
10	José Lucínio de Oliveira Freire	Doutor em Agronomia	2011	http://lattes.cnpq.br/9276991120133119
11	Lidiane Cristina Felix Gomes	Doutora em Geografia	2017	http://lattes.cnpq.br/4500673069516688
12	Luciano Pacelli	Doutor em	2005	http://lattes.cnpq.br/1760592154110947

	Medeiros Macedo	Entomologia		
13	Luiz Augusto de Mendonça Ribeiro	Mestre em Educação	2017	http://lattes.cnpq.br/8188347489443724
14	Mário Henrique Medeiros Cavalcante de Araújo	Mestre em Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação	2014	http://lattes.cnpq.br/1240585148684785
15	Tiago Costa da Silva	Mestre em Engenharia Mineral	2012	http://lattes.cnpq.br/8088673413712408

11. CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

O curso de especialização em Gestão dos Recursos Ambientais do Semiárido contará com a contribuição dos técnicos administrativos, conforme Quadro III, no que for preciso para o funcionamento do curso.

QUADRO III - Pessoal técnico administrativo de apoio

FUNCIÓNÁRIO (A)	FUNÇÃO ATRIBUIÇÃO	FORMAÇÃO TITULAÇÃO
Alex Ribeiro Silva	Psicólogo	Graduação Especialização
Alini Casimiro Brandão	Bibliotecária	Graduação Mestrado
Ana Paula Cardoso Silva Eugênio	Técnica em Assuntos Educaçãoais	Graduação Mestrado
Anna Paula Dionízio Ramos	Técnico em laboratório/Meio Ambiente	Graduação em andamento Técnico
	Assistente de Alunos	Graduação Especialização

Antônio Joálison de Araújo Morais		
Carmem Maia dos Santos Câmara	Pedagoga	Graduação Especialização
Cátia Monteiro Barbosa Maciel	Tradutora e intérprete de linguagem de sinais	Graduação
Daniel Amaro da Rocha Coutinho	Técnico em Contabilidade	Graduação
Danúbio Leonardo Bernardino de Oliveira	Técnico em laboratório/Química	Graduação Mestrado em andamento
Edicleber de Araújo Silva	Assistente de Alunos	Graduação Especialização
Enéas Fábio Fárias Neves	Assistente em Administração Coordenador de Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais.	Graduação
Everton Pereira de Pontes	Assistente em Administração/Coordenador de Controle Acadêmico	Graduação
Francisca Tatiana de Oliveira Souza	Tecnóloga em Agroecologia	Graduação Especialização em andamento
Francisco Tadeu Dantas Júnior	Assistente em Administração	Ensino Médio Graduação em andamento
George Pedro Barbalho de Araújo	Administrador	Graduação
José Leonilton Dantas	Assistente em Administração	Graduação Especialização
José Torres Coura Neto	Técnico em Laboratório/Física	Graduação
Luana Cristina de Medeiros	Auxiliar de biblioteca	Graduação Especialização
Madele Maria Barros de Oliveira Freire	Pedagoga/ Coordenadora Pedagógica e de Apoio ao Estudante	Graduação Mestrado em andamento

Mariana Fernandes de Oliveira Carvalho	Técnica em enfermagem	Graduação Especialização
Nathalya Cristina Ribeiro Trigueiro	Assistente Social	Graduação Mestrado em andamento
Paula Barreto de Azevêdo Maia	Assistente Administrativa Coordenadora de Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais	Graduação Especialização
Paulo Azevedo Macedo	Auxiliar de Biblioteca Coordenação de Compras e Licitações	Graduação
Railma de Andrade Fernandes	Assistente de Alunos Coordenação de Gestão de Pessoas	Graduação Mestrado em andamento
Rafael Chagas Silva	Técnico em Laboratório/Geologia	Graduação
Robson Thiago Alves de Sousa	Odontólogo	Graduação/Especialização
Suelisson da Silva Araújo	Médico/Clinico Geral	Graduação
Tiago de Medeiros Dantas	Técnico em Tecnologia da Informação	Ensino Médio Curso Técnico
Vicente Cândido de Macedo Neto	Técnico em Tecnologia da Informação	Graduação
Victor Hugo Henrique	Assistente em Administração Coordenador de Planejamento	Graduação
Wellington Pessoa de Lima	Contador	Graduação Especialização

12. CORPO DISCENTE

O curso será oferecido para:

- a) Egressos de cursos superiores de graduação em ciências agrárias e ambientais, ou áreas afins, tais como: agroecologia, engenharia ambiental, agronomia, engenharia florestal, agroindústria, zootecnia, biologia, administração, entre outras, advindas das universidades públicas ou privadas.

- b) Professores, graduados ou pós-graduados nas áreas citadas no itema;
- c) Profissionais de outras áreas, interessados em concorrer à seleção, em cursos de mestrado;
- d) Profissionais de outras áreas interessados em qualificação acadêmica e desenvolvimento de atividades de pesquisa, inovação e extensão.

13. GESTÃO DO CURSO

13.1 Coordenador do Curso

O Curso será coordenado por um docente do *Campus* Picuí, escolhido pelo Diretor Geral do Campus. Cabe a coordenação subsidiar a elaboração do PPC do curso e acompanhar a execução acadêmica do mesmo, de acordo com a Resolução nº 145, de 17 de novembro de 2017. O curso, atualmente está sob a Coordenação da professora Jeane Medeiros Martins de Araújo, bacharel em Engenharia Agrônoma pela Escola Superior de Agricultura de Mossoró - ESAM. Com título de Mestre pela Universidade Federal Rural do Semiárido – UFRS e Doutorado pela Universidade Politécnica de Valencia- UPV-Espanha. Tem experiência profissional na área acadêmica, relativa à docência, foi professora da Universidade Potiguar- Rede Internacional Laureate de Ensino. Atualmente é membro do Conselho Superior do IFPB –CONSUPER e professora efetiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), com atuação no *Campus* Picuí.

13.2 Colegiado

Conforme estabelecido no Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu do IFPB, a administração dos cursos de pós-graduação Lato Sensu far-se-á pelo Colegiado do Curso como órgão deliberativo, no âmbito de sua competência, e da Coordenação de Curso como órgão executivo.

Os colegiados dos cursos de Pós-Graduação Lato Sensu são órgãos responsáveis pela supervisão das atividades didáticas, pelo acompanhamento do desempenho docente e pela deliberação de assuntos referentes aos discentes do curso, dentro da instituição.

O colegiado do curso de pós-graduação Lato Sensu será constituído de 05 (cinco) membros titulares e 05 (cinco) suplentes:

- I. O coordenador do curso de pós-graduação Lato Sensu, como presidente, e o vice coordenador como suplente;
- II. Três (03) representantes do corpo docente do curso de pós-graduação Lato Sensu e seus suplentes;
- III. Um (01) representante do corpo discente que esteja regularmente matriculado no curso e o vice representante como suplente.

Os representantes dos docentes, que deverão ser servidores efetivos da instituição, serão escolhidos, pelos pares, em reunião do corpo docente do curso de pós-graduação Lato Sensu, convocados previamente para este fim. O colegiado é presidido pelo coordenador do curso.

O colegiado do curso de pós-graduação Lato Sensu reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semestre ou, extraordinariamente, por convocação do coordenador de curso ou atendendo ao pedido de pelo menos 1/3 (um terço) dos seus membros.

São competências do colegiado do Curso de pós-graduação Lato Sensu:

- I. Estabelecer o perfil profissional e a proposta pedagógica do curso;
- II. Elaborar as normas de funcionamento do curso de pós-graduação Lato Sensu, visando a garantir sua qualidade didático-pedagógica;
- III. Elaborar e avaliar o currículo do curso e propor alterações, quando necessárias;
- IV. Avaliar e aprovar os planos de ensino das disciplinas do curso, propondo alterações quando necessárias;
- V. Deliberar sobre os pedidos de aproveitamento de disciplinas de cursos de pós-graduação;
- VI. Avaliar as questões de ordem disciplinar ocorridas em turmas do curso de pós-graduação Lato Sensu;
- VII. Deliberar, em grau de recurso, sobre decisões do coordenador de curso;
- VIII. Aprovar propostas e planos do coordenador para a política acadêmica e administrativa do curso, bem como os relatórios por ele elaborados;
- IX. Elaborar o edital de seleção para ingresso no curso e encaminhar à Diretoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação do Campus, ou órgão equivalente, para publicação;
- X. Deliberar sobre os assuntos acadêmicos, curriculares e escolares do curso;
- XI. Decidir sobre a composição das bancas examinadoras;

- XII. Julgar pedidos de prorrogação de prazos para defesa de monografia ou trabalho de conclusão de curso;
- XIII. Exercer outras atribuições que requererem decisão coletiva pertinentes ao curso.

São atribuições do Presidente do colegiado:

- I. Convocar e presidir reuniões, com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- II. Representar o colegiado junto aos órgãos do IFPB;
- III. Executar as deliberações do colegiado;
- IV. Designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo colegiado;
- V. Decidir, *ad referendum*, em caso de urgência, sobre matéria de competência do colegiado.

REFERÊNCIAS

_____. Decreto nº. 6.095, de 24 de abril de 2007. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6095.htm>. Acesso em: 31 out. 2017.

_____. Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394, de 20 /12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 20/02/2016.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 31 out. 2016.

_____. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm>. Acesso em: 31 out. 2017.

IBGE. Cidades, 2010. Disponível em <http://cod.ibge.gov.br/25M>. Acesso em: 31 out. 2017.

IFPB. **Resolução *ad referendum* nº 29/2017/CS/IFPB**. Dispõe sobre Ações Afirmativas na Pós-Graduação do IFPB que trata da inclusão de negros (pardos e pretos), indígenas e pessoas com deficiência em programas de pós-graduação lato sensu e stricto sensu no âmbito do IFPB. Disponível em: <http://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2017/ad-referendum/resolucao-no-29>. Acesso em 27 abr. 2018

_____. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2015-2019. Disponível em: <<http://www.ifpb.edu.br/transparencia/pdi>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

_____. Resolução nº 1, de 8 de Junho de 2007. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização.

_____. Resolução nº 187, de 05 de novembro de 2013. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento Didático dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba Disponível em: <<https://www.ifpb.edu.br/prpipg/pos-graduacao/pasta-documentos/dpg-resolucao-187-2013-lato-sensu.pdf>>. Acesso em: 10/04/2018.

_____. Resolução nº 145-cs, de 17 de novembro de 2017. Convalida a Resolução-AR nº 13, de 19/09/2016, que dispõe sobre o Regulamento Geral dos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. <<https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2017/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-145>> Acesso em: 13/04/2018

ANEXO I

EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS

Módulo I

Componente Curricular	Carga Horária Total (h)
Espaço sertanejo: o homem, o espaço e a técnica	28

Ementa

A Antropologia como Ciência. O conceito de cultura. Aspectosêmico e ético da cultura. Natureza, cultura e técnica. Relativismo cultural. O mundo rural: populações tradicionais e comunidades locais. Conhecimento científico e conhecimento local, etnociência. Organização econômica e relações sociais. Família, subsistência, alimentação. Terra e trabalho no campo. Relações de gênero no campo.

Bibliografia

Básica

ANDRADE, M. C. **A Terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

BURITI, C. O.; BARBOSA, H. A. **Um século de secas: Por que as políticas hídricas não transformaram o semiárido brasileiro?**. Portugal: Chiado, 2018.

SANTOS, R. J. **Antropologia para quem não vai ser Antropólogo**. Editora: Tomo editorial, 2005.

Complementar

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5. ed. São

Paulo: Cortez, 2011.

CUNHA, E. **Os sertões**. São Paulo: Edições SESC, 2016.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**. 52 ed. São Paulo: Global, 2013.

FACÓ, R. **Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ
2009.

NETO, Lira. **Padre Cícero: poder, fé e guerra no sertão**. São Paulo: Companhia das
Letras, 2009.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as
pessoas**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2015.

Componente Curricular	Carga Horária Total (h)
Educação Ambiental	20

Ementa

Qualidade de vida: variáveis intervenientes e indicadores. A crise ambiental. Ciência e tecnologia: poder e ética. Cidadania e ambiente de vida: desenvolvimento sustentável. Políticas públicas ambientais e demandas sociais. Educação Ambiental – Pedagogia dos Desafios: pressupostos teóricos; espaços e sujeitos pedagógicos; estratégias educativas; avaliação. Sistema VISA. Pesquisa em Educação Ambiental. Projetos em Educação Ambiental.

Bibliografia

Básica

LEFF, E. **A complexidade ambiental**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MILLER JÚNIOR, G. T. **Ciência ambiental**. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

NANI, E. L. **Meio Ambiente e Reciclagem: um caminho a ser seguido**. Curitiba: Juruá, 2012.

Complementar

CARSON, R. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PHILIPPI JUNIOR, A.; PELICIONI, M. C. F. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2014.

RICKLETS, R. E. **A Economia da Natureza**. Rio de Janeiro: Guanabara Kogan, 2013.

SOUZA, G. P. O. de; FLUMINHAN, A. A história ambiental no processo de educação

ambiental. *Colloquium Humanarum*, v. 12, n. 1, p. 21-29, 2015.

Módulo II

Componente Curricular	Carga Horária Total (h)
Ecologia da Caatinga	28

Ementa

Biomias do Nordeste brasileiro. O bioma caatinga. Princípios ecológicos associados ao bioma caatinga. Ecossistemas de caatinga. Processos ecológicos relacionados aos recursos florísticos e faunísticos do bioma caatinga. Padrões de diversidade e distribuição de espécies em escala regional e local. Impactos ambientais no bioma caatinga. Bases e estratégias de conservação ambiental no bioma caatinga.

Bibliografia

Básica

EMBRAPA. **Preservação e uso da caatinga**. Brasília: [Embrapa Informação Tecnológica](#), 2007.

VELLOSO, A. L.; SAMPAIO, E. V. S. B.; PAREYN, F. G. C. **ECORREGIÕES: Propostas para o Bioma Caatinga**. Recife: Associação Plantas do Nordeste; Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil, 2002.

RICKLETS, R. E. **A Economia da Natureza**. Rio de Janeiro: Guanabara Kogan, 2013.

Complementar

ABÍLIO, F. J. P.; RAMOS, D. S. C.; SILVA, D. S. Bioma Caatinga, Meio Ambiente e Educação Ambiental nos Livros Didáticos de Ciências, Biologia e Geografia. In: ABÍLIO, F. J. P. (Org.). **Educação Ambiental: formação continuada de professores no Bioma**

Caatinga. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2010. p. 145-169.

GARIGLIO, M. A. et al. **Uso sustentável e conservação dos recursos florestais da caatinga/MMA**. Brasília: Serviço Florestal Brasileiro, 2010.

LEAL, I.R.; TABARELLI, M.; SILVA, J.M.C. Ecologia e conservação da Caatinga: uma introdução ao desafio. In : LEAL, I.R.; TABARELLI, M. ; SILVA, J.M.C. (Org.). **Ecologia e conservação da Caatinga**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, p. XIII-XVI 2008.

LOIOLA, M. I. B.; ROQUE, A. A.; OLIVEIRA, A. C. P. Caatinga: Vegetação do semiárido brasileiro. **Revista Ecologia**, v. 4. p. 14-19, 2012.

MILLER JÚNIOR, G. T. **Ciência ambiental**. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

Componente Curricular	Carga Horária Total (h)
Legislação Ambiental	20

Ementa

Ordenamento jurídico brasileiro ao meio ambiente, a tutela constitucional do meio ambiente e sua relação com o Estado através da Política Nacional do Meio Ambiente, a sua estrutura legal formada pelo Sistema Nacional do Meio Ambiente. O conhecimento da legislação específica que trata da proteção da fauna, flora, recursos hídricos, poluição, resíduos, responsabilidade administrativa e penal do gestor ambiental. Conhecimento da Lei dos Crimes Ambientais.

Bibliografia

Básica

FIORILLO, C. P. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: THEX Editora, 2007.

MACHADO, P. A. L. **Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: THEX Editora 2005.

SANTOS, C. L. **Crimes contra o Meio Ambiente**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2008.

Complementar

FERNANDES, Paulo Victor. **Impacto ambiental: doutrina e jurisprudência**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005

FREITAS, V. P. **A Constituição Federal e a efetividade das normas ambientais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

LEFF, E. **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

MILARÉ, E. **Direito do ambiente: doutrina, prática, jurisprudência e glossário**. 2.ed. rev. atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

SILVA, J. A. **Direito Ambiental Constitucional**. São Paulo, Malheiros Editora, 2007.

Módulo III

Componente Curricular	Carga Horária Total (h)
Gestão dos Recursos Edáficos do Semiárido	32

Ementa

Solos do semiárido: gênese, caracterização e classificação; Uso e ocupação dos solos do semiárido; Classificação de aptidão dos solos; Manejo sustentável e conservação dos solos com ênfase no semiárido; Degradação dos solos do semiárido.

Bibliografia

Básica

BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. **Conservação do solo**. 6. ed. São Paulo: Icone, 2008.

EMBRAPA. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (SiBCS)**. 2ed. Brasília: EMBRAPA, 2006.

LEPSCH, I.F. 19 **Lições de Pedologia**. São Paulo: Oficina de Textos. 2011.

Complementar

GAMA-RODRIGUES, A.C. et al. **Sistemas agroflorestais: bases científicas para o desenvolvimento sustentável**. Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2006.

GUERRA, A.J.T.; SILVA, A.S.; BOTELHO, R.G.M. **Erosão e conservação dos solos: conceitos, temas e aplicações**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

LEMOS, R.C. et al. **Manual de Descrição e Coleta de Solos no Campo**. 5. ed. Viçosa: SBCS, 2005.

POPP, J.H. **Geologia Geral**. 6.ed. São Paulo: LTC. 2010.

RESENDE, M; CURI, N.; REZENDE, S. B.; CORRÊA, G. F. **Pedologia: base para distinção de ambientes**. Lavras: editora UFLA, 2007.

SÁ, I.B.; SILVA, P.C.G. **Semiárido brasileiro: pesquisa desenvolvimento e inovação**. Petrolina: Embrapa Semiárido, 2010.
VEYRET, Y. **Dicionário do meio ambiente**. São Paulo: SENAC, 2012.

Componente Curricular	Carga Horária Total (h)
Metodologia da Pesquisa Científica	20

Ementa

Concepções de ciência. Pesquisa científica. Elementos da pesquisa científica (problema, hipótese e variáveis). Tipos de pesquisa. Métodos e técnicas de pesquisa (pesquisa qualitativa, pesquisa quantitativa, instrumentos de coleta, métodos de análise). A pesquisa na ciência ambiental. O projeto de pesquisa. Elaboração de monografia/TCC.

Bibliografia

Básica

ABNT. ABNT NBR 6022: Informação e documentação -Artigo em publicação periódica técnica e/ou científica . 2018.

_____.NBR 6023: Informação e documentação: referências. 2002.

_____. NBR 6024: Informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação. 2012.

_____. NBR 6027: Informação e documentação: sumário: apresentação. 2013.

_____. NBR 6028: Informação e documentação: resumo: procedimento. 2003.

_____. NBR 10520: Informação e documentação: citações em documentos: apresentação. 2002.

Complementar

ABNT. NBR 11287: Informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação. 2011. _____ . NBR 14724: Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. 2011.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lígia. Trabalhos de pesquisa: diários de leitura para a revisão bibliográfica. São Paulo: Parábola, 2014.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo; Atlas, 1985.

Módulo IV

Componente Curricular	Carga Horária Total (h)
Produção Orgânica vegetal	20

Ementa

Conceitos, características e princípios da produção orgânica. Potencialidades da produção orgânica vegetal. Fusão do conhecimento tradicional com o conhecimento científico. Sistemas de produção orgânica de culturas anuais, hortaliças e frutíferas no semiárido. Legislação e certificação de sistemas de produção orgânica.

Bibliografia

Básica

FONSECA, A. C. O. **Horticultura orgânica**: avanços tecnológicos. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento da Fruticultura e Agroindústria, 2003.

GLIESSMANN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

PENTEADO, S. R. **Fruticultura orgânica**: formação e condução. Viçosa: Aprenda Fácil, 2010.

PENTEADO, S. R. **Agricultura orgânica**. São Paulo: ESALQ, 2001.

Complementar

BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2013. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 2013. Seção 1, p. 8

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Produtos orgânicos**: sistemas participativos de garantia. Brasília: MAPA, 2008.

SOUZA, J. L.; RESENDE, P. **Manual de horticultura orgânica**. Viçosa: Editora Aprenda Fácil, 2006.

FILGUEIRA, F. A. R. **Novo manual de olericultura**: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. Viçosa: UFV, 2010.

DANTAS, J. L. L.; JUNGHANS, D. T.; LIMA, J. F. **Mamão**: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Brasília: EMBRAPA, 2003.

Componente Curricular	Carga Horária Total (h)
Alternativas Agroindustriais para o Semiárido	28

Ementa

Estudo de espécies da Caatinga com potencial agroindustrial: medicinal, artesanal e gastronômico; Conceitos básicos referentes aos tipos de processamento; Construção de um modelo de processamento compatível com a disponibilidade de matérias primas do semiárido e adaptável a cada linha de produção (vegetais, animais, doces, panificação, subprodutos); Métodos de conservação; Controle de qualidade em pequena escala de produção; Embalagens artesanais; Experiências exitosas com a utilização de espécies da Caatinga.

Bibliografia

Básica

FELLOWS, P. J. **Tecnologia do processamento de alimentos: Princípios e prática**. Porto Alegre, Artmed, 2006.

GAVA, A. J.; SILVA, C. A. B.; GAVA J. R. F. **Tecnologia de alimentos: princípios e aplicações**. São Paulo: Nobel, 2008.

MAIA, G. A.; SOUSA, P. H. M.; LIMA, A. S.; CARVALHO, J. M.; FIGUEIREDO, R. W. **Processamento de frutas tropicais: nutrição, produtos e controle de qualidade**. Fortaleza: UFC, 2009.

Bibliografia complementar

CHITARRA, M. I. F.; CHITARRA, A. B. **Pós-colheita de frutas e hortaliças: fisiologia e manuseio**. 2 ed. Lavras: UFLA, 2005.

CRUZ, A.G. **Química, Bioquímica, Análise Sensorial e Nutrição no Processamento de Leite e Derivados**. Ed. 1, Rio de Janeiro: Elsevier - Grupo Gen. 2016, 304p.

Econômicas. Campina Grande: EDUFPG, 2013.

GALVÃO, J.A.; OETTERER, M. **Qualidade e Processamento de Pescado**. Ed. 1. Rio de Janeiro: Elsevier. 2013.

LAWRIE, R. A. **Ciência da carne**. Ed. 6. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

MAIA, G. A. et al. **Tecnologia de Alimentos. Alimentos de Origem Animal**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SHAHIDI, F.; ESKIN, M. **Bioquímica de Alimentos**. Ed. 3. Rio de Janeiro: Elsevier. 2015.

TEIXEIRA, E. M.; TSUZUKI, N.; MARTINS, R. M. **Produção Agroindustrial: Noções de processos, tecnologias de fabricação de alimentos de origem animal e vegetal e gestão industrial**. Ed, 1. São Paulo: Érica - Grupo Saraiva. 2015.

Módulo V

Componente Curricular	Carga Horária Total (h)
Produção orgânica animal	28

Ementa

Suinocultura dentro de um sistema agroecológico; Controle de resíduos na suinocultura com fins agroecológicos; Caprinocultura de corte e de leite para a agricultura familiar; Ovinocultura no Semiárido; Bovinocultura de corte e de leite dentro de um sistema agroecológico; Aplicação de métodos e programas de reprodução animal e melhoramento genético; Aspectos importantes na prevenção das principais doenças e inimigos naturais nas atividades da suinocultura, caprinocultura, ovinocultura, bovinocultura, da avicultura, apicultura e meliponicultura. Produção agroecológica das aves criadas na agricultura familiar; e Produção agroecológica das abelhas no Semiárido

Bibliografia

Básica

CAVALCANTE, A. C. R. et al. **Caprinos. Coleção 500 perguntas, 500 respostas.** Editora Embrapa, 2000.

PENTEADO, S. R. **Criação animal orgânico.** Editora Via Orgânica, 2008.

SILVEIRA, C. M. **Ovinos. Coleção 500 perguntas, 500 respostas.** Editora Embrapa, 2007.

Complementar

ALBINO, L. F. T. **Criação de frangos e galinhas caipira**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2005.

LOPERA-BARRERO, N. M. et al. **Produção de organismos aquáticos**. Guaíba: Agrolivos, 2011.

MARTIN, L. C. T. **Bovinos: volumosos suplementares**. São Paulo: Nobel, 1997.

RIBEIRO, S. D. A. **Caprinocultura: criação racional de caprinos**. São Paulo: Nobel, 1998.

SAGRILO, E.; VIEIRA, F. J.; ARAUJO NETO, R. B.; SOBREIRA, R. S. **Criação de galinhas caipiras**. Embrapa, 2007.

Componente Curricular	Carga Horária Total (h)
Gestão Ecológica de Bacias Hidrográficas e Recursos Hídricos	32

Ementa

Aspectos conceituais do gerenciamento de recursos hídricos. Caracterização das Bacias Hidrográficas e Processos Hidrológicos. Monitoramento Quantitativo e Qualitativo de Recursos Hídricos. Alocação de Recursos Hídricos. Outorga e Fiscalização de Recursos Hídricos. Mudanças Climáticas e Secas.

Bibliografia

BRAGA, B. et al. **Introdução à Engenharia Ambiental**. 2 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

GHEYI, H. R.; PAZ, V. P. S.; MEDEIROS, S. S.; GALVÃO, C. O. **Recursos Hídricos em Regiões Semiáridas**. Campina Grande, PB: Instituto Nacional do Semiárido, Cruz das

Almas, BA: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2012.

TRINDADE, A. P. T.; ABREU, B. S.; FURTADO, D. A.; BARACUHY, J. G. V.; FERNANDES NETO, S. **Manejo ecológico de bacias hidrográficas no semiárido brasileiro**. 1ª ed. Campina Grande: EPGRAF, 2011.

Complementar

ASHBY, M. F. **Engenharia Ambiental: conceitos, tecnologia e gestão**. Coord. CALIJURI, M. C.; CUNHA, D. G. F. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

FUJIHARA, M. A.; LOPES, F. G. (org). **Sustentabilidade e Mudanças Climáticas: guia para o amanhã**. São Paulo: Terra das Artes Editora: Editora Senac São Paulo, 2009.

MANCUSO, P. C. S.; SANTOS, H. F. (eds.). **Reuso de Água**. Barueri: Manole, 2003.

PINTO, N. L. S.; HOLTZ, A. C. T.; MARTINS, J. A.; GOMIDE, F. L. S. **Hidrologia Básica**. São Paulo: Blucher, 1976.

SANCHEZ, L. H. **Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

Módulo VI

Componente Curricular	Carga Horária Total (h)
Geotecnologias e suas aplicações no semiárido	32

Ementa

Principais conceitos, métodos das diversas Geotecnologias. Cartografia, Banco de Dados, o GPS, o Sensoriamento Remoto, e o SIG, utilizadas na modelagem de problemas ambientais com foco em aplicações desenvolvidas para o estudo de regiões semiáridas.

Bibliografia

Básica

ASNER GP. 2004. Biophysical remote sensing signatures of arid and semiarid ecosystems. In: Ustin S. (ed.). Manual of remote sensing. 3. ed., 4. v. **John Wiley & Sons, Inc.** p. 53-109.

BATISTELLA, M; MORAN, E. F. **Geoinformação e monitoramento ambiental na America Latina.** Editora SENAC São Paulo. São Paulo, 2008.

BOWERS, S. A.; HANKS, R. J. Reflection of radiant energy from soils. **Soil Science**, v. 100, n. 2, p. 130-8, 1965.

CÂMARA, G.; DAVIS, C.; MONTEIRO, A.M.; D'ALGE, J.C. **Introdução à Ciência da Geoinformação.** 2 ed. São José dos Campos: INPE, 2001.

LANGLEY P. A.; **Sistemas e Ciência da Informação Geográfica.** 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

Complementar

BLASCHKE, T.; KUX, H. **Sensoriamento Remoto e SIG Avançados.** 2ªEd. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

CROSTA, A. P. Processamento Digital de Imagens de Sensoriamento Remoto. Campinas/SP: IG/UNICAMP, 1993. (APOSTILA).

CURRAN PJ. **Principles of remote sensing**. London: Logman cientific and Technical, 1985.

CURRAN PJ. 1989. Remote sensing of foliar chemistry. **Remote Sensing of Environment**, 30: 271-278.

MEDEIROS, C. M. B. Anatomia dos Sistema de Informações Geográficas. Campinas/SP: Instituto de computação, UNICAMP, 1995. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/teses/gilberto>. Acesso em 10 de janeiro de 2018.

SILVA, J.X.; ZAIDAN, R.C. **Geoprocessametro & Meio ambiente**. Rio de Janeiro. Bertrand. 2010.

Componente Curricular	Carga Horária Total (h)
Gestão dos Recursos Minerais	24

Ementa

Os minerais na história da humanidade. A percepção da sociedade sobre a mineração. A mineração e a globalização. A mineração e o meio ambiente. A mineração e o desenvolvimento sustentável. A cadeia produtiva mineral. Os mercados de bens minerais. A política mineral brasileira. A legislação mineral brasileira. Os minerais na economia brasileira. Os minerais na Região Nordeste. A mineração no Semiárido.

Bibliografia

Básica

ECONOMIA MINERAL DO BRASIL. Brasília: Departamento Nacional da Produção Mineral. 2009.

HERRMANN, H. **Código de mineração de ‘a’ a ‘z’**. Campinas: Millennium, 2010.

LUZ, A. B. **Rochas & minerais industriais: usos e especificações**. 2 ed. Rio de Janeiro: CETEM, 2008.

LUZ, A. B. **Tratamento de minérios**. 5 ed. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2010.

MENEZES, S. O. **Minerais comuns e de importância econômica: um manual fácil**. 2 ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2012.

NUNES, P. H. F. **Meio ambiente e mineração: o desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Juruá, 2011.

SUMÁRIO MINERAL BRASILEIRO. Brasília: Departamento Nacional da Produção Mineral. 2018.

VIDAL, F. W. H. **Tecnologia de rochas ornamentais: pesquisa, lavra e beneficiamento**. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2013.

Complementar

ANUÁRIO MINERAL BRASILEIRO PRINCIPAIS SUBSTÂNCIAS METÁLICAS, 2019. Brasília: Agência Nacional de Mineração;

ANUÁRIO MINERAL ESTADUAL - PERNAMBUCO. Brasília: Departamento Nacional da Produção Mineral, 2018;

ANUÁRIO MINERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Brasília: Departamento Nacional da Produção Mineral, 2017;

ANUÁRIO MINERAL ESTADUAL - CEARÁ. Brasília: Departamento Nacional da Produção Mineral, 2017;

BIONDI, J. C. **Processos metalogênicos e os depósitos minerais brasileiros**. São Paulo: Oficina de Textos, 2003.

ENRÍQUEZ, M. A. **Mineração: maldição ou dádiva**. São Paulo: Signus, 2008.

INFORME MINERAL 2018 – 1º SEMESTRE. Brasília: Agência Nacional de Mineração, 2018.

KLEIN, C. **MANUAL DE CIÊNCIA DOS MINERAIS**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

LUZ, A. B. **Pegmatitos do nordeste: Diagnóstico sobre o Aproveitamento Racional e**

Integrado. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2003.

LUZ, A. B. **Manual de agregados para a construção civil.** Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2012.

NESI, J. R. **Minerais industriais do estado do Rio Grande do Norte.** Recife: CPRM, 1999.

SCLIAR, C. **Mineração e Geodiversidade.** São Paulo: Signus, 2009.

SILVA, A. R. B. **Mineração na escola.** Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2015.

VILLAS BÔAS, R. C. **Indicadores de sustentabilidade para a indústria mineral: Estudos de Caso.** Rio de Janeiro: CETEM/MCT/CNPq, 2011.

Módulo VII

Componente Curricular	Carga Horária Total (h)
Matriz e Potencialidades Energéticas Para o Semiárido	20

Ementa

Matriz energética no nordeste semiárido: tecnologia, problemática e alternativas. Energia renovável para o desenvolvimento rural: aspectos sociais, econômicos e ambientais. Sistemas energéticos de pequeno porte. Atendendo requerimentos da pequena produção. Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) - A introdução do biodiesel na matriz energética brasileira, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional. Cultivos oleaginosos energéticos no semiárido: energia e alimentos. Cultivo do girassol, mamona, gergelim, algodão e moringa. Matriz energética da caatinga.

Bibliografia

Básica

ARANDA, D. **Moringa: Muito mais que Biodiesel**. [Mossunguê], 2013. Disponível em: Disponível em: <https://www.biodieselbr.com/blog/donato/2009/moringa-muito-mais-biodiesel/>.

MONTEIRO, J.M.G. **Plantio de oleaginosas por agricultores familiares do semiárido nordestino para produção de biodiesel como uma estratégia de mitigação e adaptação às mudanças climáticas**. Rio de Janeiro: EMBRAPA, 2008.

GRANIZERIA, M. L. M. REI, F. **Energia e Meio Ambiente: contribuições para o necessário diálogo**. Santos-SP: UNISANTOS, 2016.

Disponível em: <https://www.unisantos.br/wp-content/uploads/2016/03/ENERGIA-E-MEIO-AMBIENTE.pdf>

KNOTHE, G. JÜRGEN K. GERPEN, J.V. RAMOS, L.V.: tradução Luís Pereira Ramos (The Biodiesel Handbook). **Manual do Biodiesel**. São Paulo: Edgard Blücher, 2006.

Complementar

BEZERRA, F.D. **As fontes renováveis de energia solar e eólica no nordeste: oportunidades para novos negócios & inovação**. Informe Técnico do ETENE. Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE. Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação Célula de Estudos e Pesquisas, 2015. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/80223/810469/Ano_IX_n5_dez_2015.pdf/dea37c2a-7c3e-4e97-a3cd-92c6653d3b78

EMBRAPA / CNPA. **Informações técnicas sobre a cultura da mamona para a agricultura familiar**. Campina grande, 2004.

FREITAS, S. M. de; FREDO, C. E. **Biodiesel à base de óleo de mamona: algumas considerações. Informações Econômicas**, São Paulo: IEA, v. 35, n. 1, p. 37-4, jan. 2005.

PARENTE, E. J. S. et all. **Biodiesel: uma aventura tecnológica num país engraçado** – Fortaleza: TECBIO, 2003.

SANTOS, J. & TORRES, E. Potencial e inserção de novas energias renováveis na matriz elétrica baiana para geração elétrica centralizada até 2050. *Bahia Análise & Dados*, v.27, n.1, 144-173, 2018.

Disponível em: <http://publicacoes.sei.ba.gov.br/index.php/bahiaanaliseedados/article/download/74/97/>

PARENTE, E. J. de S. **Biodiesel e inclusão social**. Brasília-DF: Consultoria Legislativa, 2007.

Disponível em: pesquisa: Nassif, Luis.– coluna econômica. luisnassifeconomia/2007. Inovação Unicamp. Entrevista. Campinas, 2007

Componente Curricular	Carga Horária Total (h)
Manejo e Produção de Pastagens Nativas no Semiárido	20

Ementa

O Bioma da caatinga, Tecnologias de Manejos Pastoril da Caatinga, Avaliação das Pastagens Nativas, Formação e manejo de pastagens, Pastos e forrageiras nativas, Pastos cultivados, Manejo alimentar, Os alimentos, Alimentação por categoria animal, Formando reservas de forragens para o período seco, Utilizando a água disponível para o rebanho, Mineralizando os ovinos e caprinos.

Bibliografia

Básica

ARAÚJO FILHO, J. A de. Manejo pastoril sustentável da caatinga. Recife, PE: Projeto Dom Helder Camara, 2013.

UIMARÃES FILHO, C.; ATAÍDE JÚNIOR, J.R.; **Manejo básico de ovinos e caprinos: Guia do Educador**, Brasília: SEBRAE, 2009.

SILVA S. **Perguntas e respostas sobre alimentação do gado seca**. São Paulo: Aprenda Fácil, 2006.

Complementar

BAUER, M. O.; AZEVEDO, E. C.; SOUZA, A. L.; DOMINGUES, A. N. **Implantação de Capineiras**. 6 ed. São Paulo: L K EDITORA. 2007.

EMBRAPA. **ABC da Agricultura Familiar: Alimentação das Criações na Seca**. 6 ed. Brasília-DF: Embrapa, 2006.

PENTEADO, S. R. **Criação Animal Orgânica**. 2 ed. São Paulo: Via orgânica, 2012.

SILVA, S. **Plantas Forrageiras de A a Z**. São Paulo: Aprenda Fácil, 2009.

VILELA, H. **Pastagem-seleção de Plantas Forrageiras Implantação e Adubação**. 5 ed. Viçosa: Aprenda Fácil, 2005.

Módulo VIII

Componente Curricular	Carga Horária Total (h)
Recuperação de Áreas Degradadas e Uso de Tecnologias Sustentáveis	28

Ementa

Conceitos básicos relativos à degradação e recuperação ambiental. Identificar e definir os principais processos causadores da degradação de áreas, naturais e antrópicos. Aspectos legais e institucionais da recuperação de áreas degradadas. A importância da vegetação da caatinga na recuperação de áreas degradadas no semiárido; Métodos e técnicas de recuperação de áreas degradadas em ciências ambientais. Estudos de caso de recuperação e de reabilitação de áreas; Principais componentes de um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas. Avaliação de Impacto Ambiental, construção do EIA/RIMA. Tecnologia sustentáveis para RAD

Bibliografia

Básica

ALBA, J. M. F. (Ed). Recuperação de áreas mineradas. Brasília: EMBRAPA, 2018.

Disponível em: <https://livimagens.sct.embrapa.br/amostras/00085830.pdf>

ARAÚJO, G. H. S.; ALMEIDA, J. R.; GUERRA, A. J. T. **Gestão Ambiental de Áreas Degradadas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

EMBRAPA. **A Visão da Ciência do Solo no Contexto do Diagnóstico, Manejo, Indicadores de Monitoramento e Estratégias de Recuperação**. Rio de Janeiro: EMBRAPA, 2008.

Disponível: https://www.ufjf.br/analiseambiental/files/2012/02/curso_rad_2008.pdf

FURTADO, D. A.; BARACUHY, J. G.V.; MEGNA, P. R.(Org). **Difusão de Tecnologias Apropriadas para o Desenvolvimento Sustentável do Semiárido Brasileiro**. Campina

Grande: EPGRAF, 2013.

Disponível em: <https://portal.insa.gov.br/images/acervo-livros/Difus%C3%A3o%20de%20Tecnologias%20Apropriadas%20para%20o%20Desenvolvimento%20Sustent%C3%A1vel%20do%20Semi%C3%A1rido%20Brasileiro.pdf>

Complementar

DIAS, L.E & MELLO, J.W.V. (Eds) **Recuperação de Áreas Degradadas**. Viçosa: Folha de Viçosa, 1998.

GAMA-RODRIGUES, A.C. et al. **Sistemas agroflorestais: bases científicas para o desenvolvimento sustentável**. Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2006.

LEFF, E. **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

MONTEIRO, J.M.G. **Plantio de oleaginosas por agricultores familiares do semiárido nordestino para produção de biodiesel como uma estratégia de mitigação e adaptação às mudanças climáticas**. Rio de Janeiro: EMBRAPA, 2008.

RODRIGUES, R. R.; LEITÃO FILHO, H. F. (Eds.). **Mata Ciliar, conservação e recuperação**. São Paulo: EdUSP/ Fapesp, 2000.

VILELA, H. **Pastagem-seleção de Plantas Forrageiras Implantação e Adubação**. 5 ed. Viçosa: Aprenda Fácil, 2005.

Componente Curricular	Carga Horária Total (h)
Monografia	40

Ementa

Espaço para a coordenação das defesas de Monografia e/ou Trabalhos de Conclusão de Curso

Bibliografia

Básica

ABNT. ABNT NBR 6022: Informação e documentação -Artigo em publicação periódica técnica e/ou científica . 2018.

CONSUPER IFPB. Resolução n° 145, de 17 de novembro de 2017. **Convalida a Resolução-AR n° 13, de 19/09/2016, que dispõe sobre o Regulamento Geral dos cursos de Pós-Graduação Lato Sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.** João Pessoa, nov, 2017.

Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2017/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-145>

IFPB CAMPUS PICUÍ. Manual de orientações para entrega de TCC. Picuí-PB: 2018.

IFPB CAMPUS PICUÍ. Fluxo e Documentos Necessários para Emissão de Certificado de Conclusão de Curso *Lato Sensu* no IFPB. Picuí-PB: 2018.

Complementares

_____.NBR 6023: Informação e documentação: referências. 2002.

_____. NBR 6024: Informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação. 2012.

_____. NBR 6027: Informação e documentação: sumário: apresentação. 2013.

_____. NBR 6028: Informação e documentação: resumo: procedimento. 2003.

_____. NBR 10520: Informação e documentação: citações em documentos: apresentação. 2002.